

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas dezanove horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Voto de Pesar – Falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, senhor José Manuel da Silva Mouco;-----

-----2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2015;-----

-----3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento;-----

-----4. Mapa de Pessoal para o ano de 2015;-----

-----5. Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2013, no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

-----6. Auditoria 2014 – Relatório Semestral de Auditoria ao Município de Porto de Mós;-----

-----7. Fixação da Taxa da Derrama;-----

-----8. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);-----

-----9. Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);-----

-----10. Imagem Corporativa do Município de Porto de Mós.-----

-----11. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Manuel de Sousa Pires (PSD – Falta justificada); Artur José dos Santos Vieira – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire (PS – Falta justificada); Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados – Falta Justificada); Fábio Ferreira dos Santos (PS – Falta Justificada); Júlio João Carreira Vieira (PSD – Falta Justificada); Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rita Cerejo, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e ainda a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental. O eleito pelo Partido Socialista Fábio Ferreira dos Santos, em falta nesta sessão, foi substituído por Maria Inês Freitas Amado, que encontrando-se na sala assumiu funções na Assembleia Municipal tendo apresentado o seu cartão de cidadão nº 14023434 9 ZZ7 bem como o NIF 231 660 910.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra passou a abordar a problemática da comunidade cigana em Porto de Mós. Apesar de este assunto já ter sido esclarecido pelo senhor Presidente da Câmara, a verdade é que esta não deixa de ser uma preocupação para os moradores de Porto de Mós e principalmente para os comerciantes. Tem-se acentuado de forma significativa o acréscimo de ciganos em Porto de Mós, perguntando se o senhor Presidente da Câmara tem alguma coisa a acrescentar a este assunto. Acrescentou ainda que se trata de uma situação preocupante, e que os comerciantes do centro da vila se encontram algo assustados com este caso e com os grupos de ciganos que por ali circulam. Outro assunto que passou a referir tem a ver com os estacionamento e com a fiscalização dos parquímetros que se verifica agora no centro da vila, com prejuízo para os comerciantes que ali têm as suas lojas, dado que essa fiscalização dali afasta os potenciais clientes dos mesmos, perguntando o que será possível fazer para aligeirar um pouco esta situação, principalmente quando se trata apenas de pequenos períodos de tempo.-----

-----Disse depois que a última questão se prende com o cemitério novo, dizendo que existe agora um novo modelo, com os covais já construídos e com a pedra da campa já colocada o que prejudica de certa forma os fornecedores das campas, que já dizem que isso irá reduzir bastante a sua faturação. Perguntou depois se aqueles covais vão ser vendidos aos interessados e como se irá desenrolar todo esse processo.-----

-----Terminou dizendo que a bancada do PSD queria fazer um pedido no sentido de se alterar a ordem da agenda de trabalhos da presente sessão por forma a que o ponto 7 e o ponto 8, fossem discutidos antes dos pontos 2 e 3, pois aqueles podem ter repercussão e influência direta na discussão do orçamento. Assim, nesta conformidade passou a entregar à mesa da Assembleia Municipal um requerimento nesse sentido, subscrito pelos eleitos pelo PSD.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente dizendo relativamente à comunidade cigana que esta é uma situação que o está a preocupar imenso, não tendo nunca havido qualquer acordo entre a Câmara Municipal e a comunidade cigana, sendo esse boato totalmente falso. Sobre a afluência extraordinária desta etnia ao concelho de Porto de Mós, disse ainda que quem lhe arrenda as casas também tem culpa nisso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sobre os parquímetros lembrou que quem pediu a sua instalação foram os próprios comerciantes da vila, porque os lugares de estacionamento das avenidas de Porto de Mós, estavam cheios às oito e meia pelos moradores, pelos próprios funcionários das lojas e serviços ali instalados e até por alguns stands de automóveis que ali tinham carros estacionados para venda. Referiu depois que o escalão mínimo é de 15 minutos o que permite às pessoas ir às lojas buscar qualquer coisa rapidamente. Quanto a cargas e descargas existe sinalização para o efeito e ninguém multa nesses casos.-----

-----Sobre o cemitério novo e sobre a questão apresentada de se estar a prejudicar os industriais de pedra do concelho, disse que a pedra que lá está foi vendida por empresas do concelho. Quanto à venda dos covais, isso processasse exatamente como relativamente aos anteriores.-----

-----No que se refere à proposta de alteração da ordem de trabalhos, referiu que de acordo com a lei a Assembleia Municipal não tem competência para alterar o Orçamento ou as Opções do Plano, podendo apenas aprovar ou não.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ainda a José Gabriel Vala, que a informação relativa à fixação do IRS tem de ser comunicada até 31 de Dezembro, tendo apenas reflexos no ano de 2016 e se não for comunicado até essa data, o município não disporá dessa receita sequer.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Começou por dizer, depois de cumprimentar todos os presentes, que o primeiro assunto a que se referiria respeita à Associação Desportiva Portomosense, que infelizmente tem sido notícia pelos piores motivos a nível nacional. Neste momento, segundo as informações de que dispõe e que são mais ou menos públicas, estas são já de tal gravidade que afetam o município o que exige a sua intervenção ativa, porque não só se está perante uma associação que é apoiada diretamente pelo município, de reconhecida utilidade pública e porque houve uma situação de imigração ilegal e captação de mão-de-obra ilegal, tendo havido durante cerca de dois meses, pessoas a dormir num anexo de instalações que pertencem à Câmara Municipal, em condições degradantes. Continuou dizendo que neste caso, tem de haver uma intervenção duríssima da Câmara em relação aos responsáveis desta Associação. -----

-----Disse depois que chegaram até si, algumas queixas de pais quanto à segurança nas escolas do atual Agrupamento de Escolas de Porto de Mós e de situações que se reportavam a tráfico e consumo de droga, dentro e no perímetro escolar, nomeadamente na Escola Secundária de Porto de Mós e Mira de Aire, os casos mais problemáticos. Continuou dizendo que por iniciativa própria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decidiu reunir com algumas entidades, nomeadamente com o Agrupamento de Escolas do Concelho de Porto de Mós, a senhora Vereadora da Ação Social, com a senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público junto da Instância Local e ainda com o Comando Distrital da GNR, recolhendo alguma informação. Por parte da direção do Agrupamento, foi-lhe dito que os casos eram pontuais. Quanto à senhora Vereadora da Ação Social e também Presidente da CPCJ terá conhecimento das situações por canais diferentes e que as mesmas serão mais complicadas que isso. No que se refere à senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público e ao Comando da GNR, têm a noção de que a situação será um pouco mais complicada do que aquela que lhe foi relatada junto do Agrupamento. Referiu depois a importância de se fazer chegar junto das autoridades competentes toda informação disponível sobre este assunto, para que estas possam fazer todos os esforços de forma a investigar as situações. Disse ainda que o Comando da GNR lhe referiu que foi reforçado o policiamento descaracterizado. Quanto à Câmara Municipal e ao pelouro da Ação Social o que pede é que sejam tomadas algumas iniciativas, nomeadamente de esclarecimento, no sentido de se desmistificar um pouco esta imagem e para não tornar a situação alarmante. -----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a bancada do Partido Socialista achava que valia a pena viver no concelho de Porto de Mós e que a Câmara Municipal tinha mais uma vez catapultado o concelho de Porto de Mós para as páginas dos jornais pelas melhores práticas e no sentido positivo, salientando o enorme esforço que Câmara fez ao longo destes anos, em monitorizar as águas que são consumidas pela população e sendo esse esforço coroado com o selo de qualidade da água para consumo humano de 2014 que foi atribuído ao concelho de Porto de Mós. Continuou dizendo que o município de Porto de Mós foi distinguido com o selo de qualidade que é um símbolo atribuído a todas as entidades que tenham assegurado níveis de qualidade consideradas ímpares, neste caso à questão da água.-----

-----Passou depois a referir-se à questão da Praia Jurássica de S. Bento que ainda está em aberto, dizendo que iria dar nota do que se passou no último congresso de geologia onde esteve presente com dois ou três artigos e onde foi apresentada a jazida de S. Bento pelos colegas que fizeram o estudo do caso, tendo intervindo também um professor prestigiado da Universidade de Aveiro que disse aos autores das intervenções feitas naquela jazida, apontando-lhes o dedo, que o que ali foi feito não foi conservação mas sim um roubo.-----

-----Perguntou depois aos membros do executivo da Câmara se este tem conhecimento do panfleto de marketing que o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros publicou sobre a jazida, levando ali, sistematicamente, escolas. Concluindo, disse que o Parque vendeu à Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, à Junta de Freguesia e à Assembleia Municipal a ideia da necessidade de retirar os fosséis para estudar e aos especialistas venderam a ideia de que estavam a valorizar a jazida. -----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra disse que iria aqui colocar algumas questões que já não são novas e que os problemas não se podem resolver todos ao mesmo tempo, mas que continuam os problemas com a Estrada da Fornea, dos Casais dos Vales e também da antiga estrada de ligação de Alvados para as grutas. Também na zona de S. Bento as estradas estão em muito mau estado. Perguntou depois à Câmara Municipal o que se sabe sobre a privatização da recolha dos resíduos sólidos, pois segundo soube, a Mota-Engil se prepara para tomar conta disso. Quanto à problemática da água suscitada pelo anterior interveniente, referiu que a água é o petróleo do século XXI, pelo que não é de admirar que grandes senhores tentem fazer disto um grande negócio e enriquecerem à conta daquilo que devia ser um bem público. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que reiterava na íntegra as preocupações do membro desta assembleia, Mário Cruz, pois são também preocupações suas. Continuou depois perguntando ao senhor Presidente da Câmara, tendo em atenção o programa de apoio financeiro comunitário 2014/2020, que assenta no desenvolvimento económico, no empreendedorismo e na ciência e inovação, quais são os projetos que o município tem para se candidatar dentro deste quadro de apoio comunitário.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – Independentes por Pedreiras):**-----

-----Usando da palavra disse que queria convidar todos os presentes para a apresentação do livro do nonagésimo aniversário daquela freguesia, que será apresentado pelo senhor António Alves, no dia 20 de dezembro às 20 horas, no Salão Paroquial. -----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara perguntou sobre o plano de pormenor que está a ser efetuado sobre as pedreiras e qual a razão pela qual duas pedreiras com cerca de sete hectares vão ficar de fora deste plano e porquê.-----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD)** pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, na sequência da intervenção acima feita por Mário Cruz (CDS/PP), dizendo que, sobre o que foi dito acerca da pouca articulação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Porto de Mós com outras entidades, é totalmente falso. Tem havido uma articulação permanente quer com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segurança Social quer com a Escola Segura, quer com a CPCJ apesar de serem casos isolados, mas que, nem que fosse apenas um caso a escola teria igual preocupação -----

-----Passou a responder aos anteriores intervenientes o senhor Presidente da Câmara. A Mário Cruz respondeu quanto à ADP, que essa é uma questão que muito o preocupa e que apenas tem tido conhecimento da situação pela comunicação social. Tem previsto reunir com a direção daquela instituição durante a próxima semana de forma a tentar perceber o que efetivamente se passa dizendo-se preocupado sobretudo pelo facto de a ADP ser um fornecedor da Câmara em algumas áreas fundamentais, como é o caso do fornecimento de refeições e transportes escolares entre outros, não tendo havido até à data qualquer reclamação quanto ao fornecimento desses serviços. Quanto à questão das instalações, disse que estas foram cedidas à ADP em virtude de uma comparticipação de fundos comunitários, relacionados com direito de superfície para que assim pudessem executar as obras que ocorreram. Disse depois que desconhecia a situação da imigração ilegal bem como das condições em que os indivíduos estavam instalados até ter tido conhecimento da mesma através da comunicação social, acrescentando ainda que nesta altura, segundo informação que lhe chegou, alguns já teriam sido repatriados.-----

-----Quanto à segurança nas escolas, disse que não poderia dizer tudo o que se está a fazer nessa área com as autoridades que estão no terreno. Reafirmou a gravidade dessas situações dizendo que aí terá que ser o Agrupamento a ter mão de ferro, criticando o facto de os alunos saírem da escola quando bem entendem, dizendo que essa deveria ser uma situação a ser repensada.-----

-----Referindo-se depois ao prémio de qualidade da água no concelho de Porto de Mós, disse que isso tem a ver com o grande investimento que tem vindo a ser feito pelo Município nessa área. Referiu-se ainda à problemática da privatização da água que está a ser discutida, referindo que a Câmara de Porto de Mós tudo fará para que tal não aconteça por considerar que essa gestão será ruínosa para o concelho de Porto de Mós dado que toda a água que está disponível em equipamentos públicos terá que ser paga a preços que se revelarão incomportáveis para os cofres do município.-----

-----A **António Ferraria** disse que este conhece bem as estradas do concelho e que se está a fazer muito trabalho nesta área, se bem que muitos dos caminhos que referiu sejam da responsabilidade das Juntas de Freguesia no âmbito dos contratos de execução que o Município assinou com aquelas. Quanto à privatização dos resíduos sólidos urbanos, disse que havia um processo de candidatura que em princípio será atribuído à Mota-Engil, estando a decorrer o respetivo processo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Olga Silvestre** disse também reiterar as preocupações de Mário Cruz. Quanto à questão colocada por aquela interveniente, disse que há uma grande dinâmica dos empresários fruto da divulgação que tem vindo a ser feita do quadro comunitário com ações de esclarecimento. Disse ainda que já saíram cinco opções obrigatórias estando a Câmara contemplada com algumas participações financeiras, nomeadamente no que se refere ao polo escolar de Porto de Mós, estando os projetos a ser preparados para os candidatar. Existe também algum dinheiro para os empresários do concelho pelo que devem estar atentos, sendo isto divulgado no dia-a-dia.-----

-----A **António Rogério Vieira** agradeceu o convite para o lançamento do livro, confirmando a sua presença.-----

-----A **Carlos Cordeiro** respondeu que o plano de pormenor está a ser feito em parceria com a Câmara Municipal dado que esta sozinha não tinha condições para o fazer. A ASSIMAGRA, o ICN, o Instituto Geológico e a Direção Geral de Geologia são parceiros do Município nessa realização, dizendo desconhecer aquilo a que se está a referir e prontificando-se para procurar saber. Manifestou ainda a sua admiração pelos associados da ASSIMAGRA não terem colocado essa questão, porque o plano foi feito em função de uma área previamente delimitada.-----

-----A **Telma Cruz** disse que depois dos seus esclarecimentos não tinha mais nada a comentar.-----

-----Seguidamente usou da palavra a senhora vereadora **Rita Cerejo** pronunciando-se acerca das questões de segurança nas escolas do concelho aqui colocada por Mário Cruz e referindo que se tratam de dois casos de consumos e um de venda. Existe a sinalização na CPCJ, sendo na qualidade de Presidente da CPCJ que se pronuncia, estando os casos em acompanhamento com as famílias, estando um deles reencaminhado para reabilitação, estando sempre em articulação com a polícia. A GNR para além de fazer as patrulhas faz relatórios para o Comando Geral de todas as situações que lhe chegam, sejam da escola, da CPCJ ou outros, estando as instancias locais em articulação permanente e estando a situação a ser controlada através dos mecanismos disponíveis. Confidenciou depois, das informações que tem da parte da polícia, que esta não conseguiu encontrar quem estava a vender.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedi para usar da palavra o munícipe **Telmo Conceição** passando a referir-se à situação pela qual a ADP está a passar e lamentando o facto referiu que a Câmara Municipal e esta Assembleia devem fazer tudo para que situações semelhantes não voltem a repetir-se, dizendo-se envergonhado, enquanto portomosense, por isto se estar a passar na sua terra.-----

-----Referiu-se depois à ótima classificação que o município conseguiu em 2014 âmbito da identidade e transparência municipal, fruto do trabalho que a Câmara Municipal tem levado a cabo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente dizendo que o que mais orgulha este executivo é ter a capacidade de honrar os seus compromissos financeiros.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Voto de Pesar – Falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, senhor José Manuel da Silva Mouco:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a ler o voto de pesar que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara de 23 de outubro do corrente ano, na sequência do falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima:-----

-----“Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento inesperado do homem e distinto autarca dedicado à causa do serviço público e à melhoria das condições de vida dos cidadãos Portomosenses, desde há vários anos, nomeadamente residentes na Freguesia de Calvaria de Cima, da qual era atual Presidente.-----

-----Homem simples, que sempre cultivou o respeito e a responsabilidade no seio da família e da Autarquia, a qual soube superiormente dirigir, deixa-nos o exemplo de uma vida de trabalho sério e empenhado na busca da dignificação e desenvolvimento do serviço público.-----

-----Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do José Manuel da Silva Mouco, Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, guardando um minuto de silêncio em sua memória; ---

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando este Voto de Pesar;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se pronunciar.”-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que, à semelhança do que se passou na Câmara Municipal se guardasse um minuto de silêncio em memória de José Manuel da Silva Mouco, associando-se esta Assembleia Municipal também a este voto de pesar, o que mereceu a concordância de todos os membros .-----

-----Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para desejar à nova Presidente da Junta de Freguesia da Calvaria de Cima todas as felicidades no desempenho do cargo, manifestando-lhe ainda toda a sua disponibilidade para com ela colaborar no trabalho a desenvolver em prol da freguesia da Calvaria de Cima.-----

-----**2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 e 3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que os dois documentos seriam apresentados e discutidos conjuntamente, atendendo à interligação existente entre ambos, sendo no entanto a sua votação feita separadamente.-----

-----Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que iria falar sobretudo sobre as Grandes Opções do Plano e que deixaria ao senhor Vice Presidente a tarefa de se debruçar sobre o orçamento, sendo este um documento muito mais técnico e o primeiro um documento mais estratégico para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Continuou depois dizendo que existe um programa que o executivo quer cumprir e que foi sufragado pela maioria dos eleitores portomosenses. No que diz respeito à administração geral, a modernização, que é um processo evolutivo e dinâmico, nunca concluído, continua bem expresso com valores significativos, sendo ainda que o quadro comunitário que aí vem tem alguns financiamentos para esta área da modernização administrativa. Referiu-se depois à segurança e ordem pública dizendo que em tempos se comprometeu com o Comando Distrital que o Município suportasse os custos do projeto da futura ampliação do quartel da GNR de Porto de Mós.-----

-----Referiu-se depois à proteção civil e à rubrica reincidente para a construção do novo quartel dos bombeiros de Porto de Mós, questão que todos os anos se levanta dizendo achar que cabe aos bombeiros resolverem a questão da localização. Se a questão se resolver e se a Câmara for abordada nesse sentido, a rubrica está aberta para se poder cumprir com a participação que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi assumida. Continuou tecendo algumas considerações acerca das rubricas inscritas em orçamento, nomeadamente sobre o início da construção do Polo Escolar de Porto de Mós, obra sobre a qual tem quase a garantia de financiamento por parte do novo quadro comunitário. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice Presidente da Câmara para se referir ao Orçamento para o ano de 2015. Começou por dizer que a preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 se revestiu de particular dificuldade devido a um conjunto de novas circunstâncias limitativas de natureza financeira, legal e regulamentar. As necessidades existentes no município, as expetativas dos autarcas e da população em geral, justificariam mais autonomia de quem gere, de quem se entrega de forma comprovada e responsável à gestão dos escassos recursos disponíveis. Infelizmente não é assim. A realidade não é aquela que se desejaria ter mas é a que existe. Neste caso, a limitação é ditada em larga medida por entidades situadas na envolvente externa do município. As estimativas mais fiáveis nesta data, apontam para uma redução do orçamento para 2015 em cerca de 2% face a 2014, muito por causa da queda da receita de capital prevista em montante aproximado de 31%. Todavia, lembrou que estes valores são previsionais e em alguns casos, com um grau de incerteza elevado. O contexto económico e financeiro atual do país e do concelho não é favorável a grandes expetativas de crescimento económico tendo de se ser pragmáticos e realistas. Não se pode ceder a opções fáceis e a cenários ideais sem sustentação possível. O montante atual recomenda prudência e sentido da responsabilidade. Assim, o executivo municipal, consciente das suas limitações já descritas, optou, estrategicamente por inscrever no orçamento para 2015 o mesmo nível de 2014, destinados a áreas que reconhecidamente são mais críticas do ponto de vista social e da prestação de serviços básicos à população. Estão neste caso a higiene e a segurança, a educação e os transportes escolares, o abastecimento de água e o saneamento, os apoios às freguesias e às coletividades culturais, desportivas e outros. A previsão da receita global, como se disse, desce em 2015 face a 2014 e o mesmo terá obviamente de se verificar relativamente à despesa global. É assim no caso da despesa de capital e investimento, que desce em cerca de 12,8% enquanto a despesa corrente cresce aproximadamente 2,7%. Gostaria que assim não acontecesse, ou seja, que a previsão do investimento fosse superior e que a previsão da despesa corrente fosse inferior, mas o quadro legal e regulamentar atual, obriga a que os orçamentos sejam cada vez mais reais e menos virtuais. A lei impede a possibilidade de prever receita de capital sem haver a garantia de a receber. Isto equivale a dizer que no caso dos apoios comunitários ao investimento, só haja previsão desde que haja projetos de investimento aprovados pela entidade. A propósito, alertamos para que a verba inscrita desta natureza no documento em apreciação reporta a projetos antigos, realizados e ainda por encerrar em termos de candidatura. Outra sujeição de ordem externa a que tivemos de obedecer na elaboração deste orçamento, foi o significativo montante da despesa corrente rígida, que mais uma vez se mostrou determinante no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

âmbito da mensuração da despesa corrente. Parece-nos extremamente relevante que todos nos devemos consciencializar desta dificuldade. Foi fácil chegar ao valor de 74,1% de despesa corrente que foge ao controle do executivo municipal, que resulta de obrigações legais e/ou de compromissos assumidos sobre os quais não há capacidade do município para discutir ou opor-se. Passou depois a ler um quadro que conduziu exatamente a este valor de 74,1% de despesa corrente – SIMLIS, EDP, SUMA, VALORLIS, REPSOL, Pessoal, Educação, transferências correntes para as Juntas de Freguesia. Em suma em relação à despesa corrente que está mencionada no documento em discussão, de nove milhões cento e quarenta e oito mil e quinhentos euros o executivo pouco ou nada pode fazer na sua limitação. Ela resulta de regras impostas ao município por entidades externas. Nestes termos, a receita global cresce muito pouco, mas cresce, enquanto a autonomia e competência legalmente atribuída ao executivo para a gerir, desce. Por isso a proposta de orçamento para 2015 que hoje aqui se apresenta, pode e deve ser considerada como realista e prudente. Realista porque não comporta empolamento excessivo e prudente porque comporta uma linha estratégica de consolidação do desenvolvimento financiado na totalidade por receitas próprias. De referir ainda a este propósito que se prevê uma amortização financeira antecipada do passivo financeiro do médio e longo prazo, que se preveem transferências acrescidas para as Juntas de Freguesia por aumento do IMI e ainda a constituição de um ativo financeiro obrigatório em unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal. Como novidade absoluta, esta proposta é acompanhada de um documento intitulado Medidas de Execução do Orçamento, o qual contribui para aumentar a transparência das operações e o esclarecimento de todos os destinatários da proposta relativamente às regras a observar quando da realização da despesa e da receita e da sua contabilização. Concluiu dizendo que esta é uma proposta que merece ser acolhida positivamente por esta Assembleia Municipal.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que depois da apresentação aprofundada feita pelos senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara pouco resta para falar sobre o orçamento para 2015. Disse que começaria sobre um ponto a que o senhor Vice-Presidente aludiu, de que este orçamento tem um decréscimo de 2% face ao orçamento de 2014, o que do seu ponto de vista o torna equilibrado. Disse ainda que olhando para as receitas fica preocupado com a situação da receita de capital que tem um decréscimo bastante grande. Em contrapartida, referiu que se sente nas receitas correntes um aumento gradual e significativo dos impostos diretos, nomeadamente do IMI. Quanto a estas Opções do Plano e a este Orçamento, é dito no documento, tendo aqui sido salientado, que ele provém de um programa eleitoral que o executivo apresentou e que foi sufragado, achando que o deve pôr em prática. Disse ainda que queria realçar duas questões: se o programa eleitoral apresentado pelo executivo ganhou, também houve pessoas que escolheram o programa derrotado, do PSD, e que também por isso mereciam alguma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

participação na elaboração do orçamento. Considerando ainda tudo o que tem acontecido nas últimas semanas quanto ao concelho de Porto de Mós, no que se refere à transparência, lhe parece que seria altura para que o executivo pensasse em fazer um orçamento participativo com a população, sendo esta uma situação que está a ocorrer cada vez mais em muitos municípios.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**

-----Usando da palavra disse que gostaria de saber se não seria pertinente o município ouvir os anseios e as necessidades de todas as freguesias. Questionou depois o executivo sobre uma rubrica inscrita no orçamento relativa a uma possível transferência de capital para as freguesias ao abrigo de um possível contrato interadministrativo.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Teceu algumas considerações sobre os documentos em análise, perguntando a que se refere a rubrica "outros".-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse em relação à questão da transparência do município e ao seu 4º lugar no ranking nacional, que para si isso não tem nada de anormal, porque esta Câmara o tem habituado ao rigor e à transparência ao longo dos últimos mandatos. Disse depois que a vereação da oposição tem o direito de fazer a declaração de voto que fez votando contra o Plano de Atividades e abstendo-se no Orçamento e o que o PSD está preso ao chamado *establishment* político e ideológico, não vislumbrando que os investidores deste concelho embarquem nas tais obras avulsas de que falam os senhores vereadores na mencionada declaração de voto, passando a citar: *"Os vereadores do PSD entendem que as grandes opções do Plano para 2015, deveriam entroncar num plano global e estratégico para o concelho, mas para isso acontecer dever-se-iam definir nas várias áreas os objetivos que se queriam atingir, como estratégia para o desenvolvimento global e integrado do concelho. Para que a partir daí se definissem as prioridades e se executasse o programa de acordo com os recursos disponíveis conseguidos. As grandes opções do plano para 2015, não apresentam mudanças significativas no rumo da política deste executivo, pois são um conjunto de opções não integradas, soltas, em que não se vê articulação com um objetivo global e concreto para o concelho, independentemente da sua real necessidade."* Continuando, disse que a declaração de voto é mais extensa mas que este trecho condensa a ideia que têm os vereadores do PSD sobre este assunto, passando a perguntar se a obra do saneamento de Mira de Aire, bem como a do Centro Educativo ou a do Museu não são obras estruturantes. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começou dizendo que nas Grandes Opções de 2015, à semelhança do que tem sido hábito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos últimos anos, o executivo continua a sua aposta na apresentação de um orçamento sem ideias bem definidas em termos de investimento e desenvolvimento para o concelho, um planeamento a médio prazo que todos percebam o que vai acontecer ou como se quer que Porto de Mós se revele daqui a dez anos. O desenvolvimento de um concelho, hoje mais do que nunca deve ser orientado e discutido com um vasto conjunto de ideias que podem surgir sobre o mesmo. Por isso, vários municípios já elaboram o orçamento de forma participativa discutido com as comunidades locais, pois são elas que sentem as maiores necessidades e são para elas que o município trabalha. Disse não ser hipócrita ao ponto de afirmar que tudo está mal mas que seria possível fazer mais e melhor. O investimento no concelho, de maior impacto, não pode estar sujeito apenas ao último ano de cada ciclo eleitoral, devendo ser realizado e repartido durante todo o mandato. Relativamente ao Orçamento propriamente dito, disse querer deixar apenas duas notas: quanto à parte da receita, verifica-se um acréscimo significativo de cerca de setecentos mil euros de impostos diretos em relação ao ano transato, grande parte proveniente do IRS, o que vai de encontro com a proposta que a bancada do PSD apresentou à mesa, dado que esse acréscimo deveria ser partilhado com as famílias. Quanto à despesa referiu-se concretamente à rubrica inscrita para o turismo, que considera irrisória, perguntando ainda porque não há nenhuma verba destinada ao Geoparque, ao contrário do que aconteceu o ano passado e se o projeto abortou ou se continua.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Começou dizendo que as observações que faria se refeririam às Grandes Opções do Plano. Quanto ao Orçamento, disse que era equilibrado. Assim disse que esperava que existissem nas Grandes Opções do Plano, em termos de visão para o concelho, alguns pontos que vê pouco tratados, nomeadamente no que se refere à cultura, onde apenas se prevê a recuperação da Central Termoeletrica. Esperaria que se traçasse uma estratégia de turismo e de desenvolvimento económico assente no turismo, por parte do executivo municipal. Referiu depois que as Grandes Opções do Plano são um documento que deve perspetivar mais do que uma realidade puramente aritmética mas também espelhar uma visão de futuro, e aí esperaria um pouco mais de ousadia por parte deste executivo. Outro aspeto que queria frisar diz respeito ao IRS a cobrar pelo município. O CDS/PP subscreveu a proposta de alteração do PSD por entender que nesta altura da vida das famílias e não obstante os constrangimentos com que os poderes públicos se deparam, será exigível criatividade e esforço aos poderes públicos para gerirem esta situação aliviando a sobrecarga sobre as famílias dizendo achar que a Câmara andaria bem se acolhesse esta proposta de alteração que o CDS subscreveu.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referiu que as Juntas de Freguesia deviam ser ouvidos no processo de elaboração do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento e das Grandes Opções do Plano à semelhança do que aconteceu o ano passado. Sobre o Orçamento pediu que lhe fosse explicada a rubrica "outros".-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Começou por dizer que todos querem o desenvolvimento do concelho, e que existem formas diferentes de se percorrer esse caminho, sendo por isso que se está aqui hoje, uns a defender e outros a criticar, mas sempre de forma construtiva, sendo nesse sentido que vai a sua intervenção. No documento Plano de Atividades e Orçamento, na página 3, o município refere "*assistimos hoje a uma estagnação evidente da atividade económica que gera desconfiança, desemprego e situações familiares com carência social significativa*". Considerando que o valor global do orçamento é de dezassete milhões trezentos e doze mil novecentos e setenta e quatro euros, na página 3 das Grandes Opções do Plano, apenas está previsto o apoio em espécie a famílias carenciadas de dois mil euros, a comemoração do dia do idoso, cinco mil e quinhentos euros, aquisição de bens para o espaço social, cinco mil euros, apoio a medicamentos para pessoas carenciadas, dois mil euros. No total, este apoio para os mais desprotegidos e os carenciados, dá um valor global de doze mil e setecentos euros que representa em relação ao orçamento 0.07% . A preocupação teórica não está plasmada na preocupação prática, não basta dizer que temos consciência e que estamos preocupados, é preciso agir em conformidade e isso não está refletido no Plano de Atividades, tendo em atenção os valores referidos nestas rubricas em concreto. O Município devia assumir neste tempo, um papel pioneiro e diferenciador de apoio aos mais carenciados com apoios concretos e realistas nesta área, usando instrumentos como o diagnóstico social atualizado, de modo a saber exatamente quantos idosos possuem rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional, quantos vivem sozinhos, quantas famílias vivem no limiar da pobreza ou abaixo, quantos estudantes abandonam a universidade ou ensino por dificuldades económicas, devendo ser criadas bolsas de estudo para os estudantes carenciados. Quanto ao turismo, que deveria assumir um papel de exponencial vigor da economia local foi mais uma vez votado ao quase esquecimento, cabendo-lhe apenas o valor de cinco mil euros, tendo havido um decréscimo de quarenta mil euros, face ao orçamento do ano passado. É preciso dizer que há um tempo em que é preciso pensar e agir mais para as pessoas e esse tempo é agora. Disse acreditar que um dia todas as pessoas terão as suas necessidades básicas satisfeitas porque a persistência realiza o impossível e é o caminho para o êxito. A propósito da intervenção do senhor Presidente da Câmara, disse que lhe surgiu uma dúvida quando referiu nas Grandes Opções do Plano na página 4, que estava previsto o apoio à Associação de Moradores e Proprietários do Campo Militar de S. Jorge, com o valor de dez mil euros. Tendo em atenção que não é uma IPSS nem uma associação desportiva ou cultural, gostaria que concretizasse de que projeto de trata.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que iria fazer uma exposição extremamente sintética daquilo que lhe parece ser o orçamento centrando-se, à semelhança de outros, no realismo que ele efetivamente comporta. Para se poderem efetuar despesas é necessário que existam receitas, tratando-se pois de afetar as receitas a despesas que é necessário efetuar. Quer as despesas quer as receitas decompõem-se em correntes e de capital, sendo as primeiras por regra repetitivas e as segundas periódicas. Continuou depois a fazer a análise do orçamento apresentado para o ano de 2015. Quanto às receitas correntes disse que um quarto era proveniente de impostos diretos, 50% de transferências do estado e um quarto de receitas próprias. Quanto a estas receitas próprias dividiu-as em duas partes: rendimentos da propriedade, 6% e venda de bens e serviços, 15%. Quanto às receitas de capital, 2/3 são de transferências enquanto que 1/3 está na rubrica "outros". No total das receitas, a administração central contribui com 51.3% e adicionando-lhe os impostos diretos, pode-se dizer a receita exata, dado que as transferências da administração central são um valor exato. Assim sendo, disse que prevê para este orçamento um grau de realização de no mínimo de 90%.-----

-----Passou depois a pronunciar-se acerca da despesa, dizendo que sobre cerca de 74% das despesas correntes, não existe qualquer poder de controlo sobre as mesmas.-----

-----Em jeito de conclusão disse que se trata de um orçamento realista, que deverá ter um grau de cumprimento não inferior a 90%.-----

-----Finalmente, disse que queria deixar uma palavra de estímulo e reconhecimento pelo trabalho do executivo, quanto à transparência com que vem executando a sua função como atesta o reconhecimento externo das autoridades competentes, classificando o Município num brilhante 4º lugar entre os 308 municípios do país.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Olga Silvestre que o interpelou diretamente, dizendo que, sendo esta interveniente uma ilustre deputada municipal há muitos anos, por vezes interpreta as coisas conforme lhe dá jeito. Sobre a questão que aqui referiu dos apoios sociais, disse que esta deputada municipal está a confundir ação social com funções sociais, sendo sobretudo nas funções sociais que as câmaras municipais deste país têm grande responsabilidade. Ora essas funções sociais estão expressas no grande investimento que está a ser feito na área da educação, através da comparticipação dos transportes escolares, do fornecimento de refeições, muitas das quais são comparticipadas a 100%. Lembrou ainda que também assim é com as AEC's, com os prolongamentos, bem como o apoio que é dado nos livros e restante material escolar. Passou ainda a enumerar diversos apoios sociais que a Câmara proporciona aos municípios. Terminou dizendo que, face ao que atrás referiu, a alegada insuficiência em termos de apoios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociais não colhe, devendo estar mais atenta à realidade dos factos. Sobre a questão da Associação dos Moradores de S. Jorge, trata-se de uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e que está a defender os interesses da população de S. Jorge, sendo um imperativo desta Câmara Municipal o apoio daquela Associação no sentido de se conseguir obter um documento que venha provar que os vestígios arqueológicos existentes não podem estar espalhados por 200 hectares, sendo por isso que apoia o estudo arqueológico que está a ser levado a cabo.-----

-----Seguidamente deu a palavra ao senhor Vice-Presidente para responder aos restantes intervenientes, o que este fez, começando por **Luís Almeida** e dizendo que este reconheceu que o orçamento deste ano é mais curto, comparando-o com o do ano passado, mas acrescentando que tudo isto se trata de estimativas e que o orçamento é um documento dinâmico. Quanto à referência que fez relativamente à variação significativa sobre a venda de bens de investimento, referida por aquele interveniente, disse que isto tem a ver com os lotes das zonas industriais e que esta é uma daquelas verbas que tem um elevado grau de incerteza, pois depende de haver ou não compradores para os mesmos, fatores que não se conseguem controlar.-----

-----Relativamente ao aumento do IMI, disse que o orçamento que está em discussão, inscreve uma variação positiva em relação ao ano transato, mas que não se tenham ilusões, essa variação é uma das que está antecipadamente alocada ao pagamento obrigatório, à amortização antecipada dos empréstimos de longo prazo e também à transferência para as juntas de freguesia.-----

-----A **Filipe Batista** respondeu que efetivamente as freguesias não foram ouvidas porque a lei obriga a que esta proposta tivesse sido enviada a esta Assembleia até ao dia 31 de outubro tendo havido assim um encurtar de prazos causando algumas limitações, mas que em termos substanciais não acha que alguma freguesia tenha ficado prejudicada com isso, reconhecendo no entanto a utilidade dessas audições.-----

-----Disse depois que **António Ferraria** manifestou alguma dificuldade no entendimento de algumas coisas, passando a explicar que, quanto aos formulários eles resultam de modelos obrigatórios.-----

-----A **António José Teixeira**, que se congratulou com o rigor, agradeceu os comentários que proferiu.-----

-----Sobre a intervenção de **José Gabriel Vala** referiu que este disse que se trata de um orçamento sem ideias não tendo percebido a que se referia. Referiu-se aos constrangimentos a que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as despesas correntes obrigam neste orçamento dizendo que não fica grande espaço de manobra para grandes ideias e estratégias, perguntando o que é que se teria de deixar de lado e do que é que se teria de abdicar: dos transportes escolares, o saneamento, a luz elétrica ou algo do género que constitui 74% deste orçamento. A preocupação do executivo tem sido sempre a mesma: há serviços que a Câmara presta, que tem uma componente social muito elevada e que não podem deixar de ser prestados. Disse ainda que gostaria de perguntar aos deputados municipais do PSD o que deixariam para trás. Sobre o turismo, disse que é verdade o que foi dito sobre a escassa verba inscrita para esse efeito. Continuou dizendo que se promove muito turismo com base no município de três maneiras: primeiro por iniciativa própria, segundo por ações e iniciativas em regime de parceria e terceiro, por iniciativa de terceiros aos quais são dados apoios, passando a ler um documento que elencava algumas das iniciativas tomadas neste âmbito, terminando por dizer que todas estão no orçamento mas não enquanto rubrica turismo o mesmo se passando relativamente à despesa social.-----

-----Passou depois a comentar as considerações que **Mário Cruz** fez sobre as GOP's, dizendo que reitera para este deputado o que atrás foi dito. Quanto ao desenvolvimento económico assente no turismo, disse que face a estudos efetuados, a permanência de dormidas dos turistas nesta região é de 0,8%. Assim em sua opinião o concelho deve desenvolver-se com base na indústria, porque é um concelho eminentemente industrial ao contrário do que muita gente pensa. -

-----A **Carlos Cordeiro** disse que a rubrica "outros" está discriminada na página nas páginas 17 e 18 do documento.-----

-----A **António Carvalho** agradeceu as referências elogiosas que teceu ao documento e a análise efetuada.-----

-----Respondeu ainda a **Filipe Batista** sobre a questão colocada sobre a possível transferência de capital para as freguesias ao abrigo de um possível contrato interadministrativo, dizendo que foi deixada a verba que pensa ser de setenta e cinco mil euros, mas que a sua aplicabilidade se reveste de elevado grau de incerteza. Para que isso possa ser aplicado nas juntas de freguesia é necessário que haja acordo relativamente a um ou vários contratos interadministrativos para investimento. Para se elaborarem esses contratos é preciso analisarem-se um conjunto de variáveis que estão na lei, não sabendo se se irão reunir ou não, mas se se tornar necessário é importante existir uma verba que possa responder a essas eventualidades.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenções foi o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o ano de 2015** – posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com um (1) voto contra, seis (6) abstenções e dezassete (17) votos a favor.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com sete (7) abstenções e dezassete (17) votos a favor.**-----

-----**4. Mapa de Pessoal para o ano de 2015:**-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a referir que o mapa de pessoal vem aqui por força da lei e que os números que contem correspondem à quase totalidade dos funcionários existentes. O número de funcionários tem vindo a ser reduzido substancialmente por força da aposentação. Tem-se vindo a fazer sentir essa dificuldade no dia-a-dia principalmente no que respeita ao pessoal operacional. Disse depois que se pretende deixar em aberto neste orçamento alguns lugares que posteriormente venham a ser preenchidos.-----

-----Não havendo inscrições, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **5. Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2013, no âmbito da Lei dos Compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta informação não carece de deliberação nem de votação, e dado que a documentação foi enviada oportunamente aos membros da Assembleia, apenas acrescentaria que se tratam dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara.-----

----- **6. Auditoria 2014 – Relatório Semestral de Auditoria ao Município de Porto de Mós:**-----

-----Também o presente ponto da ordem de trabalhos tem como objetivo dar conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório Semestral de Auditoria ao Município de Porto de Mós, que foi oportunamente enviado a todos os presentes, escusando-se assim o senhor Presidente da Câmara de tecer mais considerações e disponibilizando-se para qualquer esclarecimento.-----

-----O senhor Vice-Presidente usou também da palavra para dizer que desde janeiro que está a decorrer um trabalho que por lei foram obrigados a adjudicar a uma empresa de auditoria externa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para analisar as contas da Câmara.-----

----- **7. Fixação da Taxa da Derrama:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Vice Presidente passou a dizer que a proposta apresentada pela Câmara tem alterações em baixa ao nível das taxas a aplicar, face ao que foi aplicado o ano passado, passando a explicitar a proposta que a seguir se transcreve:-----

-----"Nos termos do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 29 de Julho (Lei das Finanças Locais), os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

-----**1.** Considerando que é objetivo deste Executivo Municipal continuar o esforço de investimento em infraestruturas básicas;-----

-----**2.** Considerando que a receita corrente do Município, com origem na Administração Central, tem decrescido nos últimos anos;-----

-----**3.** Considerando que o Município se vê confrontado, cada vez mais, com acréscimos de obrigações e limitações anuais no domínio da gestão financeira;-----

-----**4.** Considerando que é igualmente preocupação do Executivo Municipal conciliar o seu esforço financeiro com a necessidade de criar condições de atratividade empresarial no Concelho, em obediência a uma estratégia de desenvolvimento sustentado no território do Município;-----

----- **Proponho** que as taxas de DERRAMA gerada em 2014, a cobrar em 2015, sejam revistas em baixa, comparando com anos anteriores, conforme decorre de acordo obtido entre as forças políticas que integram o Executivo Municipal, ou seja:-----

----- **a)** – **Taxa Normal:** 1,3%.-----

----- **b)** – **Taxa Reduzida:** 0,90% para sujeitos passivos, cujo volume de negócios no ano anterior (2014) não tenha ultrapassado 150.000,00€.-----

----- **c)** – **Taxa Zero – Isenção,** nos termos do artigo 16º, n.º.2, da Lei supra mencionada, para sujeitos passivos que em 2014, 2015 e 2016 fixem a sua sede, por constituição ou alteração, no Concelho de Porto de Mós, e criem e mantenham, no mínimo, 3 (três) postos de trabalho."-----

----- **António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse relativamente à proposta da Câmara, este não é um imposto cego como a maior parte dos impostos emanados do poder central. A derrama no concelho de Porto de Mós é no sentido equilibrador entre a entidade pagadora (as empresas) mas que depois também vão utilizar e degradar as infraestruturas feitas pelo município.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra disse querer saudar esta proposta genericamente uma vez que está aqui consignado um bom exemplo do que pode ser o chamado conceito de concorrência fiscal entre municípios. Disse depois que queria um esclarecimento acerca da isenção proposta na alínea c) no que se refere à criação de postos de trabalho, perguntando se esses postos de trabalho terão que ser em Porto de Mós ou se a empresa que tiver aqui a sua sede poderá ter os trabalhadores a laborar fora do concelho, não sendo estes aqui recrutados. Perguntou ainda por quanto tempo esta isenção se manterá.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Disse que se congratulava com a proposta apresentada pela Câmara, porque durante quatro anos enquanto vereador, sempre propôs esta situação.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que esta é uma proposta à qual dará o seu aval.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Acerca de ponto da ordem de trabalhos disse que finalmente houve convergência relativamente a este imposto. Acrescentou ainda que espera que este fator seja um diferenciador positivo na captação de novos investimentos para o concelho.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que não entende a existência de dois escalões, dizendo achar que sobre o lucro, devia incidir a mesma taxa. -----

-----O senhor Vice-Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a **Mário Cruz** que a filosofia desta alínea c) é atrair empresas para que se sediem no concelho. Quanto aos três postos de trabalho devem ser mantidos no concelho.-----

-----A **Luís Almeida** respondeu que a iniciativa de promover estas isenções nestas condições tem a ver com o facto de a situação financeira da Câmara neste momento o permitir. -----

-----Quanto a **Vítor Louro**, disse que percebia o que queria dizer, quando referiu uma taxa única para todos.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Fixação da Taxa da Derrama** – posta a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **8. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS):** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a ler a proposta que foi apresentada à mesa pelo PSD e pelo CDS/PP:-----

-----“Aludindo às teorias económicas a exemplo do que habitualmente é usado pelo senhor Vice-Presidente, vimos fundamentar a nossa proposta de alteração baseada na teoria de Keynes. Defende o keynesianismo que o estado, entenda-se aqui autarquia, tem um papel fundamental de estimular as economias em momentos de crise e recessão económica e defende ainda que, o estado, entenda-se autarquia, nunca deve acumular défices de um ciclo económico para outro, e muito menos operar orçamentos deficitários na fase expansiva dos ciclos. Para chegarmos ao estado a que chegou a nossa economia, as políticas foram sempre no sentido de cumprir apenas a primeira parte do princípio keynesiano, da segunda parte os políticos sempre fizeram tábua rasa. Felizmente no Município de Porto de Mós, melhor ou pior, sempre se procurou cumprir o keynesianismo na sua globalidade, sendo fundamental que, neste momento de crise e recessão económica, seja a autarquia a estimular a economia no concelho, cumprindo aqui a primeira parte da teoria económica antes descrita. É baseado na teoria exposta que, como forma de estimular a economia no concelho vimos propor que os 5% do IRS pago pelos munícipes de Porto de Mós, que o Estado atribui ao Município, sejam repartidos de modo a que 50% desse valor fique nos cofres do Município e os restantes 50% nos bolsos dos munícipes, como forma de estímulo e incentivo, na esperança de melhores dias. Com a aprovação desta alteração os munícipes começam a convencer-se que é bom residir nesta terra.-----

-----Porto de Mós, 21 de novembro de 2014.”-----

-----Seguidamente, tomou a palavra o senhor Vice Presidente da Câmara que manifestou o seu interesse pelo autor em apreço, mas que do seu ponto de vista tem de ser seguido com algum cuidado. Quanto ao ponto que interessa, IRS, disse que a Assembleia Municipal tem a faculdade legal de prescindir de alguma parte do IRS pago pelos munícipes de Porto de Mós.-----

-----Na proposta que a Câmara apresentou, e que a seguir se transcreverá, não se prescindiu de qualquer parte do IRS, acompanhando a grande maioria das autarquias do país.-----

-----“De acordo com o artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS.-----

-----A participação acima referida sobre a percentagem do IRS depende de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

-----Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----1. Definir em 5% a participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Porto de Mós, referente aos rendimentos do ano de 2015.-----

-----2. Remeter a presente proposta para apreciação e aprovação na Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro."-----

-----O senhor Vice Presidente continuou dizendo que tem que ser feitas escolhas e que se se escolheu baixar a taxa de derrama e manter a do IML nos níveis mais baixos, não se pode esquecer que existem investimentos que tem de ser feitos e financiados.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para perguntar ao senhor Vice-Presidente quanto representavam em termos de receita os 2,5% que a Câmara deixaria de receber no caso de a proposta conjunta do PSD e CDS/PP, vir a ser aprovada. Disse depois que gostaria de partilhar com a Assembleia uma reflexão, dizendo que a Assembleia Municipal não pode alterar as propostas da Câmara relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções, no entanto pode alterar esta proposta que considera ser uma das peças do Orçamento, considerando que esta é uma incongruência da lei.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo que a leitura que faz da declaração de voto dos senhores vereadores do PSD, é que estes continuam presos ao *establishment* político, ideológico e tirânico daquele partido. Fazendo as contas ao que paga por ano de IRS, disse que as questões estão perfeitamente acauteladas nos orçamentos gerais do estado e estão também acauteladas as pessoas singulares. É demagógico, politizado e empolado a questão de que IRS irá beneficiar as pessoas singulares, porque o que resta fica tão diluído nas contas pessoais que não se iria sentir no bolso. Nestes termos disse que a proposta apresentada pela Câmara é uma proposta equilibrada e defensável do ponto de vista político, por esta Assembleia Municipal.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que, por uma questão de coerência e porque esta proposta apresentada pelo PSD será objeto de votação queria afirmar que não a subscreve.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----No orçamento que acabou de ser aprovado, está prevista a receita do IRS no valor de seiscentos e setenta e seis mil trezentos e um euros que representa um aumento de cento e vinte e nove mil seiscentos e trinta e sete euros relativamente ao ano passado de acordo com o orçamento que foi aqui aprovado que tinha previstos quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e quatro euros sendo com base nestes valores que fará a sua intervenção. Na página cinco do Plano de Atividades, também existe um aumento de trezentos mil euros que será usado para o que for legalmente possível, que resultam do IML. Estes dois impostos, significam um aumento relativamente ao ano anterior, de quatrocentos e vinte e nove mil seiscentos e trinta e sete euros nas receitas da Câmara.-----

-----Centrando-se no IRS, disse que em face da atual conjuntura económica e da preocupação que revela a Câmara Municipal, deveria na sua opinião devolver aos munícipes 50% do valor da receita do IRS, ou seja, tendo em atenção o valor que acima referiu, tal representaria trezentos e trinta e oito mil cento e cinquenta euros e cinquenta cêntimos, o que quanto ao valor do orçamento representará um ínfima parte. Com cerca de trezentos e quarenta mil euros, os munícipes usariam esse dinheiro no consumo, o que daria um incremento à economia local. Esta receita devolvida aos munícipes, representaria em termos de investimento na economia local cerca do dobro, ficando todos a ganhar. Perante isto, parece-lhe razoável que os senhores deputados municipais ponderem sobre a aprovação da proposta apresentada pelo PSD conjuntamente com o CDS/PP, com exceção do deputado Luís Almeida do PSD. A sua aprovação seria um grande contributo e um elemento positivo, inovador e diferenciador para a divulgação da marca Município de Porto de Mós, sendo até um sinal claro de incentivo à fixação de pessoas em Porto de Mós, acreditando que a mudança não pode ser apenas na imagem mas no conteúdo e nas políticas. Esperando que a proposta apresentada seja aceite pela Assembleia Municipal e que também a Câmara lhe seja sensível, porque o benefício que pode advir para a Câmara com o arrecadamento desta receita não é significativo em relação ao orçamento municipal e uma receita de por exemplo dez euros, pode ser significativo para um orçamento familiar.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra referiu que iria dar uma resposta rápida a António José Menezes Teixeira, dizendo que não renegava a sua filiação partidária mas que também não assinava por baixo todas as decisões do Governo Central. Aliás, foram as teorias de Keynes levadas ao extremo pelo Governo do PS, dizendo Keynes que o Estado devia gastar muito mais do que arrecada para entrar em contraciclo, que colocou o País no ciclo em que está agora. Daí, acrescentou, concordar com o senhor Vice Presidente, de que se deve entender Keynes com cautela.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou depois, referindo-se ao IRS, dizendo que esta pode parecer uma questão diminuta mas é uma questão de justiça social, daí o CDS/PP e o PSD virem apresentar esta proposta. Efetivamente o município arrecadaria menos receita mas as consequências para as famílias ao nível da cobrança de impostos que resultam quer do IRS, quer das taxas de IMI por extinção da cláusula de salvaguarda, vão repercutir-se nos próximos anos de forma brutal e decisiva nos bolsos das pessoas. Concluiu dizendo achar que esta proposta devia merecer o acolhimento desta Assembleia sendo ainda que seria uma vantagem concorrencial para Porto de Mós ter uma taxa mais baixa de IRS.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que esta proposta vem no seguimento do que foi a posição dos vereadores do PSD na Câmara Municipal aquando da discussão e aprovação da proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara. Disse ainda pensar ser importante esta devolução não só pela folga financeira que isso permitiria às famílias mas também por ser um pequeno gesto representativo da parte do município, numa fase económica difícil dos seus concidadãos.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que a fixação de taxas como a derrama bem como esta da participação no IRS deveriam ser discutidas na sessão ordinária de setembro obviando a que se fizesse toda esta confusão ao nível da discussão do orçamento para o ano seguinte. Disse ainda que ao aprovar uma proposta destas estaria a alterar o orçamento, o que não pode acontecer nos termos da lei.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Disse concordar com as palavras que Vítor Louro Cordeiro acabou de proferir não vendo nenhuma razão para não votar favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a pôr a votação a **proposta apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS/PP, tendo a mesma sido rejeitada com dezasseis (16) votos contra, duas (2) abstenções e oito (8) votos a favor.**-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o proposta apresentada pela Câmara Municipal e que constitui o ponto 8 da presente Ordem de Trabalhos - **Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** – tendo a mesma sido **aprovada com dezassete (17) votos a favor, uma (1) abstenção e oito (8) votos contra.**-----

----- **9. Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas):-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara passou a dizer que esta taxa representa uma receita anual de seis ou sete mil euros e que tem de ser aproveitada. O prejuízo que essas empresas provocam no pavimento do concelho com a instalação de cabos e condutas é muito superior a essa receita.-----

-----Disse ainda que foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal a informação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: -----

-----"De acordo com o artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, os Municípios podem estabelecer uma taxa pela passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações eletrónicas.-----

-----Esta taxa municipal por direitos de passagem (TMDP) é aprovada anualmente, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar o percentual de 0,25%.-----

-----A taxa será aplicada a cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas aos clientes finais do Município.-----

-----De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas propostas.-----

----- Nestes termos e de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao executivo municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o próximo ano de 2015."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

10. Imagem Corporativa do Município de Porto de Mós:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que não se iria alongar muito em explicações dado que o documento foi enviado a todos os presentes e que se trata da imagem que se pretende que figurem em todos os documentos do município, ressalvando que tal imagem não substitui o brasão do município. Passou depois a elogiar o trabalho que considerou muito bem elaborado do ponto de vista técnico por funcionários da Câmara. A marca Município de Porto de Mós assume como premissa o rigor, a competência, o desenvolvimento sustentado tendo em vista a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

modernização, a estabilidade, harmonia e qualidade de vida dos munícipes. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Disse que tendo analisado o documento distribuído, julga estar um trabalho bem elaborado, manifestando o simbolismo que o concelho representa. Disse depois pretender um pequeno esclarecimento dado que há cerca de cinco anos foi apresentada uma nova imagem do município, com o castelo estilizado, perguntando se existe alguma razão especial para agora se estar a criar uma nova imagem.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que ambas as imagens têm muito em comum sendo que esta está melhorada.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Passou a referir-se ao monumento que foi inaugurado em agosto último relativo à Batalha Real e à dificuldade de leitura do texto que lá existe, sugerindo que se coloque em acrílico o texto mais abaixo de forma que as pessoas possam fazer essa leitura de forma mais acessível.-----

-----Disse depois que sendo certo ser esta a última sessão da Assembleia Municipal em 2014, não podia deixar de desejar a todos um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.-----

-----O senhor Vice Presidente informou, relativamente à proposta feita por António Menezes Teixeira, que irá lá ser colocada informação descritiva sobre o trabalho que ali está, onde se incluirá também a transcrição daquela legenda.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. Voto de Pesar – Falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, senhor José Manuel da Silva Mouco; 2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2015; 3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2015, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento; 4. Mapa de Pessoal para o ano de 2015; 7. Fixação da Taxa da Derrama; 8. Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS); 9. Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas); 10. Imagem Corporativa do Município de Porto de Mós, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.40 horas do dia 22 de novembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

